



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - 1º andar - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

DFD - LEI 14.133/2021 - RES. 587/2023 - TRF3 (10227470)

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA - DFD - LEI 14.133/2021

1. Necessidade a ser atendida e justificativa

O curso "**Provas no Processo Penal: Atualidades e Aspectos Práticos**" é uma ação formativa a ser realizada pela Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3.ª Região - EMAG, integrando o seu planejamento de 2023, na modalidade híbrida (presencial e telepresencial, com transmissão *on-line* pela plataforma Zoom), prevista para o período de 06 a 17 de novembro de 2023.

Além dessa justificativa, o constante aprimoramento teórico e prático dos magistrados atende também às diretrizes da Formação Continuada, formuladas pelo Conselho da Justiça Federal - CJF e pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM.

A par das ponderações tecidas acerca do eixo temático do evento, a relevância da proposta ora explicitada exsurge da análise dos vetores estabelecidos pela normatização do Conselho da Justiça Federal para as ações de formação continuada, especialmente aqueles insculpidos na Resolução/CJF n.º 233, de 4 de março de 2013, que dispõe sobre o Plano Nacional de Aperfeiçoamento e Pesquisa para Juízes Federais – PNA.

1.1. Detalhamento preliminar da demanda

☒ Fornecimento

☐ Fornecimento com instalação

☐ Bem de consumo

☐ Bem permanente

☐ O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Resolução PRES n.º 552, de 19 de dezembro de 2022.

Natureza do fornecimento:

☐ Contínuo. Justificar, observada a definição contida no art. 6.º, XV, da Lei n.º 14.133/2021

☐ Não contínuo ou contratado por escopo

☒ Serviço

☐ Serviço com dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra

☐ Serviço / Obra de Engenharia

Natureza do serviço:

☐ Contínuo. Justificar, observada a definição contida no art. 6.º, XV, da Lei n.º 14.133/2021

☒ Não contínuo ou contratado por escopo

2. Identificação da área demandante

Unidade/Setor: Seção de Apoio Administrativo - RCOS / Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região - EMAG

Responsável pela demanda: Nilton Tadeu de Queiroz Alonso

E-mail: rcos@trf3.jus.br

Telefone: 3012-1502

3. Quantidade a ser contratada e justificativa

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR ATIVIDADE DOCENTE: Advogado e Professor Doutor Vitor Lia de Paula Ramos

- **Quantidade a ser contratada:** 2,5 horas-aula como formador, no dia 13 de novembro de 2023, das 14h às 16h30.

JUSTIFICATIVA: Atuação como docente, no curso "**Provas no Processo Penal: Atualidades e Aspectos Práticos**", com indicação pela coordenação do curso e referendada pelos membros da Diretoria da EMAG, na seguinte função:

- formador, por 2,5 horas-aula.

4. Previsão da data em que se pretende a entrega do bem ou o início da prestação dos serviços

- Dia 13 de novembro de 2023, das 14h às 16h30 (2,5 horas-aula).

5. Previsão no Plano Anual de Contratações (PAC) e alinhamento ao Plano de Gestão e Logística Sustentável (PLS)

5.1. Item(ns) do PAC: **4 - Pagamento a palestrante** (Doc. SEI n.º 10087291).

5.2. A contratação está alinhada ao PLS da Justiça Federal da 3ª Região.

De acordo com as orientações constantes do Manual de Licitações Sustentáveis da Justiça Federal da 3ª Região, em seu item 1.4.1, são destacados dois tópicos que atendem aos requisitos de sustentabilidade:

1. Foi verificada a real necessidade da demanda.

2. Está sendo contratado o preço praticado (fixado pela ENFAM) e dentro dos critérios de qualidade exigidos (notória especialização).

6. Assinaturas

São Paulo, 24 de outubro de 2023.

Identificação e assinatura do servidor

Identificação e assinatura do titular da área demandante

Encaminhamento

Encaminhe-se ao titular da área requisitante para dar continuidade ao processo de contratação.



Documento assinado eletronicamente por **Nilton Tadeu de Queiroz Alonso**, Supervisor, em 24/10/2023, às 17:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **10227470** e o código CRC **3E8C70D9**.



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - 1º andar - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

MAPA RISCOS - LEI 14.133/2021 - RES. 587/2023 - TRF3 (10227471)

MAPA DE RISCOS - MR - LEI 14.133/2021

OBJETO A SER CONTRATADO Contratação de prestação de serviço de pessoa física para atividade docente, no curso "**Provas no Processo Penal: Atualidades e Aspectos Práticos**", a ser realizado no período de 06 a 17 de novembro de 2023.

FASE DE ANÁLISE

(X) Preparatória ou de Planejamento da Contratação

() Seleção do Fornecedor

() Gestão da Contratação

RISCO 01

Não emissão da Nota de Empenho antes da realização do evento

Probabilidade: (X) Baixa () Média () Alta

Impacto: () Baixo () Médio (X) Alto

Id Dano Potencial

1. Não contratação

Id Ação Preventiva

Responsável

1. Acompanhamento diário do expediente administrativo

Deise Akita / RCOS

Id Ação de Contingência

Responsável

1. Contato constante com o docente

José Roberto da Silva / Deise Akita

RISCO 02

Cancelamento da participação pelo docente

Probabilidade: (X) Baixa () Média () Alta

Impacto: () Baixo (X) Médio () Alto

Id Dano Potencial

1. Interrupção da contratação

Id Ação Preventiva

Responsável

1. Acompanhamento junto à coordenação do evento

José Roberto da Silva

Id Ação de Contingência

Responsável

1. Contato com áreas para alertar sobre prazos, documentos, assinaturas

Deise Akita / José Roberto da Silva

RISCO 03

Probabilidade: () Baixa () Média () Alta

Impacto: () Baixo () Médio () Alto

Id Dano Potencial

1.

Id Ação Preventiva

Responsável

1.

Id Ação de Contingência

Responsável

1.

ASSINATURAS

São Paulo, 24 de outubro de 2023.

Identificação e assinatura do servidor

Identificação e assinatura do titular da área requisitante



Documento assinado eletronicamente por **Nilton Tadeu de Queiroz Alonso**, **Supervisor**, em 24/10/2023, às 17:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **José Roberto da Silva**, **Assessor Administrativo II**, em 24/10/2023, às 18:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **10227471** e o código CRC **D4955BF5**.

0037683-05.2023.4.03.8000

10227471v2



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - 1º andar - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

PROJETO BÁSICO

CONTRATAÇÃO DE DOCENTE SEM VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DOCENTE

Processo Administrativo n.º 0037683-05.2023.4.03.8000

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de prestação de serviço de pessoa física para atividade docente, no curso "**Provas no Processo Penal: Atualidades e Aspectos Práticos**", a ser realizado no período de 06 a 17 de novembro de 2023, após a ratificação de sua indicação pelos membros da Diretoria da EMAG, para atuar em ação formativa que integra o planejamento de atividades aprovado para 2023.

1.2. O prazo de vigência da contratação para serviço não-contínuo equivale à duração da prestação da atividade docente, prevista para o(s) seguinte(s) período(s), tendo o termo de compromisso a ser firmado validade para o exercício de 2023, na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133/2021:

- 2,5 horas-aula como formador, no dia 13 de novembro de 2023, das 14h às 16h30. Conforme tratativas entre a coordenação e a Diretoria da EMAG, pela natureza e dinâmica da ação formativa, os docentes convidados fazem jus ao período integral.

1.3. A proposta referente à prestação de serviço de pessoa física para atividade docente conterá estas mesmas regras aplicáveis em relação à vigência da contratação, enquadrada como Instrutoria Interna.

1.4. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 750,00** (setecentos e cinquenta reais).

O valor de **R\$ 750,00** equivale à retribuição por atividade docente de um doutor (titulação do docente) que atue por 2,5 horas-aula como formador (R\$ 750,00, sendo R\$ 300,00 a hora-aula), nos termos da Resolução ENFAM n.º 1, de 13 de março de 2017, que disciplina a contratação e a retribuição financeira pelo exercício de atividade docente e pela participação em banca examinadora de curso de pós-graduação, e atualizações.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

O curso "**Provas no Processo Penal: Atualidades e Aspectos Práticos**" é uma ação formativa a ser realizada pela Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3.ª Região - EMAG, integrando o seu planejamento de 2023, na modalidade híbrida (presencial e telepresencial, com transmissão *on-line* pela plataforma Zoom), prevista para o período de 06 a 17 de novembro de 2023.

Do expediente de credenciamento junto à ENFAM (0037682-20.2023.4.03.8000), consta a seguinte justificativa:

No período de 10 de agosto a 12 de setembro de 2022, a Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região (EMAG) realizou o curso "*Provas: aspectos teóricos e práticos*", que teve por objetivo geral propor a revisitação de pontos fundamentais da dogmática do processo de conhecimento e da produção das provas. Para isso, foram convidados professores renomados que discorreram em aulas dialogadas presenciais sobre (i) a teoria geral das provas, (ii) a prova documental, (iii) a prova pericial e (iv) a prova testemunhal.

A ideia era, como desdobramento desse curso, realizar outros cursos mais específicos, voltados a temas de

determinadas áreas de atuação dos juízes e juízas federais. Nessa linha, foi realizado o curso “*Provas: Matéria Previdenciária*”, no período de 30 de março a 2 de maio de 2023.

Em continuidade àquela ideia inicial, propõe-se agora a realização do curso “*Provas no processo penal: atualidades e aspectos práticos*”.

Como dito na justificativa do plano de curso inicial, as provas são elementos indispensáveis para que o juiz possa proceder ao *julgamento* da pretensão deduzida em juízo. As *questões* (de fato e de direito) que deverão ser decididas pelo juiz ao julgar o *mérito* formam a *cognição*, que prepara o juiz, formando sua correta opinião sobre os *pontos controvertidos*.

No processo penal, o Ministério Público (na denúncia) propõe uma *pretensão de mérito* (a condenação do denunciado) que deverá ser comprovada (*questões de fato*) acima de qualquer dúvida razoável para que possa ser alcançada. Assim, é a partir da análise (e *valoração*) das provas que o juiz organiza seu pensamento, para concluir pela procedência ou improcedência da demanda, isto é, pela condenação ou absolvição do réu.

Com base nisso, o curso ora proposto tem por escopo aprofundar, no âmbito do processo penal, o que foi tratado no curso “*Provas: aspectos teóricos e práticos*”, voltando-se aos novos temas de prova decorrentes das novas figuras penais surgidas nos últimos anos, em especial os crimes cibernéticos.

É fundamental que o juiz ou juíza que atua na área criminal reflita criticamente sobre a prova e sua valoração, de modo que se aperfeiçoe na prática judicante. Além disso, as questões específicas dos crimes cibernéticos e da cooperação jurídica demonstram que a perpetração de crimes é cada vez mais veloz, tecnológica e sem fronteiras, fazendo com que seja necessária contínua atualização epistemológica e reflexão sobre questões técnicas específicas, diante dos novos vestígios deixados pelos modernos crimes e as formas de obtenção de prova.

Nas atividades assíncronas, os cursistas serão estimulados à leitura do material disponibilizado previamente e ao debate crítico sobre aspectos teóricos e práticos dos temas das aulas dialogadas, possibilitando a *sala de aula invertida* e a maior oportunidade de os cursistas sanarem suas dúvidas presencialmente com os professores convidados e os coordenadores do curso.

O sucesso alcançado com os cursos anteriores mostra a relevância do tema e a necessidade de contínuo aperfeiçoamento dos magistrados, que deverão, ao final do curso, ser capazes de melhor compreender aspectos específicos da prova no processo penal e da sua produção, aperfeiçoando o seu conhecimento sobre o tema.

Além dessa justificativa, o constante aprimoramento teórico e prático dos magistrados atende também às diretrizes da Formação Continuada, formuladas pelo Conselho da Justiça Federal - CJF e pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM.

A par das ponderações tecidas acerca do eixo temático do evento, a relevância da proposta ora explicitada exsurge da análise dos vetores estabelecidos pela normatização do Conselho da Justiça Federal para as ações de formação continuada, especialmente aqueles insculpidos na Resolução/CJF n.º 233, de 4 de março de 2013, que dispõe sobre o Plano Nacional de Aperfeiçoamento e Pesquisa para Juízes Federais – PNA.

Nesse sentido, as ações educacionais de formação continuada das Escolas de Magistratura Federal têm caráter obrigatório, a teor do disposto no artigo 19 da mencionada Resolução/CJF n.º 233/2013:

Art. 19. A formação continuada tem caráter obrigatório, sendo composta por:

- I – ações educacionais de aperfeiçoamento para vitaliciamento;
- II – ações educacionais de aperfeiçoamento para promoção;
- III – ações educacionais complementares.

Os docentes do curso foram referendados pelos membros da Diretoria da EMAG, notadamente pela sólida formação acadêmica e relevante experiência profissional.

Há estreita relação entre a temática da programação da palestra, o perfil profissional e a área de especialidade do(a) docente convidado(a), como deflui da análise curricular anexa.

2.1 DOS OBJETIVOS DA AÇÃO FORMATIVA

A partir da revisão de pontos fundamentais da dogmática do processo de conhecimento e da produção das provas no processo penal, bem como da análise da jurisprudência, espera-se que o cursista, ao final do curso, seja capaz de entender a teoria das provas no processo penal para melhor exercer a sua função jurisdicional, no campo penal.

2.2 DA PROGRAMAÇÃO E CARGA HORÁRIA DA AÇÃO FORMATIVA

Período do curso: de 06 a 17 de novembro de 2023

Modalidade: híbrida – presencial e *on-line*, pelo Zoom

Público-alvo: magistrados(as) e servidores

Vagas: 30

Carga horária total: 20 horas-aula

PROGRAMA

H/A	Data/Local	Atividades	Formadores/Tutores
1,0	6.11 Moodle	Apresentação do curso e das atividades síncronas e assíncronas (vídeo) Fórum de apresentação e ambientação	Juiz Federal Emerson José do Couto
3,0	7 a 13.11 Moodle	Atividade 1 - Tarefa: cada cursista deverá indicar no mínimo um problema (e no máximo três) enfrentado na sua prática jurisdicional penal relativo ao tema <i>provas</i> . Para cada problema indicado, deverá sugerir uma solução, ainda que pareça “utópica” ou de <i>lege ferenda</i> . <i>Paper</i> (uma lauda) – 20 pontos.	Juiz Federal Emerson José do Couto
2,0	7 a 9.11 Moodle	Atividade 2 – registro reflexivo Os cursistas deverão assistir às vídeo-aulas e fazer um registro reflexivo sobre o tema: Provas em crimes cibernéticos – 20 pontos Sub-temas abordados: - A cadeia de custódia da prova e crimes cibernéticos - A investigação dos crimes cibernéticos - Epistemologia judiciária e prova penal: os crimes cibernéticos	Juiz Federal Emerson José do Couto
4,0	10 a 13.11 Moodle	O tutor seleciona dois temas dos <i>papers</i> apresentados, para que sejam discutidos em dois fóruns concomitantes, devendo haver participação ativa (comentários) de todos os cursistas: Atividade 3 - Fórum 1: 10 pontos Atividade 4 - Fórum 2: 10 pontos	Juiz Federal Emerson José do Couto

2,5	10.11 10h às 12h30 Zoom	Painel: Provas e cooperação judiciária internacional Temas abordados: - Instrumentos de investigação e provas na Convenção de Budapeste - Procedimentos na cooperação Internacional em matéria penal	Desembargadora Federal Renata Lotufo Procuradora Regional da República Fernanda Teixeira Domingos Advogada da União Carolina Yumi de Souza Juíza Federal Andreia Sarney Moruzzi
2,5	13.11 10h às 12h30 Presencial	Painel: Prova pericial na atualidade Temas abordados: - Banco Nacional de Perfis Genéticos - Experiências de Inovação nas Perícias - Vídeo monitoramento para identificação de pessoas e veículos - Perícia e Erro Judicial	Desembargador Federal Alessandro Diaféria Perita Federal Meiga Menezes Perito Federal Evandro Mario Lorens Professor Rafael Oliveira Ribeiro Perito Federal Helio Buchmuller Lima
2,5	13.11 14h às 16h30 Presencial	Painel: Provas em espécie na atualidade Temas abordados: - Psicologia do testemunho - Reconhecimento facial e de placas veiculares como meio de prova pericial	Juíza Federal Louise Filgueiras Advogado Vitor de Paula Ramos Advogada Janaína Matida
1,5	13.11 16h30 às 18h Presencial	Oficina: discussão de casos práticos e conclusões – 40 pontos	Juíza Federal Raecler Baldresca Juíza Federal Maria Carolina Akel Ayoub
1,0	13 a 17.11 Moodle	Feedbacks e avaliação do curso	Juiz Federal Emerson José do Couto

Coordenação

Desembargador Federal Nino Oliveira Toldo

Juíza Federal Raecler Baldresca

Direção

Desembargador Federal Nino Oliveira Toldo

Realização

EMAG – Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3.^a Região

3. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO EM CASOS DE TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL, POR INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO E INSTRUTORIA INTERNA

Indicado pela coordenação e referendado pelos membros da Diretoria da EMAG, o docente **Advogado e Professor Doutor Vitor Lia de Paula Ramos** apresenta notória especialização, conforme currículo anexo e a síntese ora apresentada.

Doutor em Direito, Economia e Empresa pela Universidade de Girona (Espanha), cum laude. Mestre e Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Foi Visiting Scholar na Northwestern University (EUA).

Professor adjunto dos cursos de graduação, mestrado e doutorado da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e do Master en Razonamiento Probatorio da Universidade de Girona (Espanha).

Professor convidado em diversos cursos de Processo Civil. Membro da Associação Internacional de Direito Processual (IAPL), do Instituto Ibero-Americano de Direito Processual (IIDP), do conselho Assessor da Revista Internacional de Raciocínio Probatório Quaestio Facti e do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP).

Coordenador do Grupo de Pesquisa O Novo Direito Probatório (CNPQ), junto à PUCRS.

Coordenador da Coleção Raciocínio Probatório, publicada pela Editora JusPodivm.

Autor de livros publicados no Brasil e na Espanha (Ed. Marcial Pons), artigos publicados no Brasil e no exterior, além de traduções jurídicas.

Advogado atuante no RS e em SP.

4. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

4.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: UG 090055 - Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3.^a Região

Fonte de Recursos: 1000000000

Programa de Trabalho: 168442

Elemento de Despesa: 33.90.36

Plano Interno: 2.4013.15.016.339036.0200

5. DO OBJETIVO ESTRATÉGICO DA CONTRATAÇÃO E DA IDENTIFICAÇÃO DO ITI NO PAC 2023

Esta contratação está vinculada ao Plano Estratégico Regional da Justiça Federal da 3.^a Região, no ciclo 2021-2026 (Res. PRES n.º 434, de 18 de junho de 2021), e alinhado a esse consta o seguinte objetivo estratégico atendido com as contratações realizadas pela EMAG no PAC 2023: "Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas" - Código 4013 - Índice de Capacitação de Magistrados (Doc. SEI n.º 10087291), item n.º 4 - Pagamento a palestrante.

6. DA SUSTENTABILIDADE DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

De acordo com as orientações constantes do Manual de Licitações Sustentáveis da Justiça Federal da 3.^a Região, em seu item 1.4.1, são destacados dois tópicos que atendem aos requisitos de sustentabilidade:

1. Foi verificada a real necessidade da demanda.
2. Está sendo contratado o preço praticado (fixado pela ENFAM) e dentro dos critérios de qualidade exigidos (notória especialização).

7. CONCLUSÃO

Consoante explicitado, a teor do disposto no artigo 74, III, "f", da Lei nº 14.133/2021, o processo de contratação direta está autorizado em casos de inexigibilidade de licitação em que há inviabilidade de competição, situação com que a Administração se depara ao processar o pedido de retribuição financeira aos docentes desta ação formativa.

Por se tratar de docente sem vínculo ativo com a Administração Pública Federal, necessária a manifestação da Assessoria de Licitação e Contratos, e, sendo autorizado o processamento, a retribuição financeira será processada pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças - SOFI.



Documento assinado eletronicamente por **Nilton Tadeu de Queiroz Alonso**, Supervisor, em 24/10/2023, às 17:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **10227473** e o código CRC **D57251B3**.



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

PARECER Nº 10273034/2023 - PRESI/GABPRES/ALIC

Trata-se de expediente administrativo em que é solicitante a Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região (EMAG), gerado com o fim de contratação do **Advogado Vitor Lia de Paula Ramos** (Doutor) referente a 2,5 horas-aula como formador no curso "**Provas no Processo Penal: Atualidades e Aspectos Práticos**", a ser realizado no período de 06 a 17 de novembro de 2023.

O Projeto Básico EMAG nº 10227473 revela que a participação do contratado será realizada nos seguintes termos:

"2.2 DA PROGRAMAÇÃO E CARGA HORÁRIA DA AÇÃO FORMATIVA

Período do curso: de 06 a 17 de novembro de 2023

Modalidade: híbrida – presencial e *on-line*, pelo Zoom

Público-alvo: magistrados(as) e servidores

Vagas: 30

Carga horária total: 20 horas-aula

PROGRAMA

H/A	Data/Local	Atividades	Formadores/Tutores
1,0	6.11 Moodle	Apresentação do curso e das atividades síncronas e assíncronas (vídeo) Fórum de apresentação e ambientação	Juiz Federal Emerson José do Couto
3,0	7 a 13.11 Moodle	Atividade 1 - Tarefa: cada cursista deverá indicar no mínimo um problema (e no máximo três) enfrentado na sua prática jurisdicional penal relativo ao t e m a <i>provas</i> . Para cada problema indicado, deverá sugerir uma solução, ainda que pareça “utópica” ou de <i>lege ferenda</i> . <i>Paper</i> (uma lauda) – 20 pontos.	Juiz Federal Emerson José do Couto

2,0	7 a 9.11 Moodle	Atividade 2 – registro reflexivo Os cursistas deverão assistir às vídeo-aulas e fazer um registro reflexivo sobre o tema: Provas em crimes cibernéticos – 20 pontos Sub-temas abordados: - A cadeia de custódia da prova e crimes cibernéticos - A investigação dos crimes cibernéticos - Epistemologia judiciária e prova penal: os crimes cibernéticos	Juiz Federal Emerson José do Couto
4,0	10 a 13.11 Moodle	O tutor seleciona dois temas dos <i>papers</i> apresentados, para que sejam discutidos em dois fóruns concomitantes, devendo haver participação ativa (comentários) de todos os cursistas: Atividade 3 – Fórum 1: 10 pontos Atividade 4 – Fórum 2: 10 pontos	Juiz Federal Emerson José do Couto
2,5	10.11 às 10h 12h30 Zoom	Painel: Provas e cooperação judiciária internacional Temas abordados: - Instrumentos de investigação e provas na Convenção de Budapeste - Procedimentos na cooperação Internacional em matéria penal	Desembargadora Federal Renata Lotufo Procuradora Regional da República Fernanda Teixeira Domingos Advogada da União Carolina Yumi de Souza Juíza Federal Andreia Sarney Moruzzi

2,5	13.11 10h às 12h30 Presencial	Painel: Prova pericial na atualidade Temas abordados: - Banco Nacional de Perfis Genéticos - Experiências de Inovação nas Perícias - Vídeo monitoramento para identificação de pessoas e veículos - Perícia e Erro Judicial	Desembargador Federal Alessandro Diaféria Perita Federal Meiga Menezes Perito Federal Mario Lorens Professor Rafael Oliveira Ribeiro Perito Federal Helio Buchmuller Lima
2,5	13.11 14h às 16h30 Presencial	Painel: Provas em espécie na atualidade Temas abordados: - Psicologia do testemunho - Reconhecimento facial e de placas veiculares como meio de prova pericial	Juíza Federal Louise Filgueiras Advogado Vitor de Paula Ramos Advogada Janaína Matida
1,5	13.11 16h30 às 18h Presencial	Oficina: discussão de casos práticos e conclusões – 40 pontos	Juíza Federal Raecler Baldresca Juíza Federal Maria Carolina Akel Ayoub
1,0	13 a 17.11 Moodle	Feedbacks e avaliação do curso	Juiz Federal Emerson José do Couto

"

Caso autorizada a contratação do docente, **Advogado Vitor Lia de Paula Ramos**, a sua participação ocorrerá como formador, conforme o programa acima.

Nos autos, também:

- a) Curriculum Vitae/Lattes (10227474);
- b) Documento de Identificação e Declaração atestando o grau de escolaridade - Doutor (10227475 e 10227490);
- c) Proposta de Prestação de Serviços (10227485);
- d) FORM Geração da Despesa - LRF - sem aumento (10227487);
- e) Certidão de Impacto no Exercício Corrente (10227483);
- f) Requisição de Compras/Serviços (10227486), no valor de R\$ 750,00;
- g) Certidão EMAG (10227484) referente ao PAC;
- h) Lista de Verificação (10227489);
- i) Certidões de regularidade fiscal, trabalhista e nos demais cadastros pertinentes (10227476, 10227477, 10227478, 10227479, 10227480, 10227481, 10227482 e 10271525);
- j) Formulário Dispensa/Inexigibilidade (10227488).

É o relatório.

Passa-se à análise quanto aos aspectos legais e de conformidade submetidos a exame, não adentrando aos aspectos que demandam conhecimentos técnicos sobre o objeto, a cargo da gestão.

Neste sentido, o Manual de Boas Práticas Consultivas elaborado pela AGU dispõe: "*A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.*" (BPC nº 7)

A contratação, na forma em que é pleiteada, tem por fundamento legal o artigo 74, inciso III, alínea "f" e § 3º, da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, *in verbis*:

"Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

- a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;
- b) pareceres, perícias e avaliações em geral;
- c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
- d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
- e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
- f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
- g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;
- h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso;

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

(...)

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato."

Quanto à caracterização de inexigibilidade de licitação no caso submetido a exame, qual seja, docente sem vínculo com a Administração Pública Federal, destaca-se a orientação exarada na Manifestação Conjunta AJUD/ASAD8078725, acolhida pela Diretoria-Geral no Processo SEI 0041014-05.2017.4.03.8000, da qual se transcreve o seguinte trecho:

"Assim:

1. Quando da contratação de magistrados e servidores ativos deste Tribunal, de Juízes Federais em substituição a Desembargador Federal e de servidores cedidos ao Tribunal, que recebam, dessa fonte pagadora, vencimentos ou retribuição por cargo em comissão, sugere-se a adoção do procedimento descrito pela DECO na Manifestação 6140943, abaixo colacionada, e observado no expediente 0138764-65.2021.4.03.8000, instaurado pela SEJU para contratação de servidor desta Corte:

Para os servidores do quadro funcional deste Tribunal, que atuam como instrutores ou conteudistas nos cursos internos, é inicialmente formalizado o processo de contratação dessas atividades, com justificativa quanto à necessidade e objetivos da realização do evento. O processo é submetido à aprovação e, havendo autorização por parte da Diretoria-Geral, é firmado o Termo de Compromisso, onde constam os dados relativos às datas, carga horária e valor da remuneração a ser paga pelas respectivas atividades. Referido documento é assinado pelo instrutor e pelo Diretor da Divisão de Desenvolvimento de Competências - DECO.

Após a conclusão das atividades, um documento de atesto é adicionado ao processo e assinado pela DECO, comprovando a realização das atividades nos termos inicialmente previstos. Ato contínuo, a Subsecretaria de Acompanhamento e Desenvolvimento Profissional - UDEP firma o encaminhamento à Divisão de Folha de Pagamento, com vistas ao efetivo crédito do valor ao servidor

2. Quando da contratação de outros docentes que fizerem jus à GECC, mas vinculados a outro órgão ou entidade da Administração Pública Federal, aí incluídos os magistrados e servidores da JFSP e JFMS (mesmo que possuam registro funcional no Tribunal, mas que não estejam recebendo subsídio ou vencimento, pelo Tribunal, por ocasião do exercício da atividade docente), valemo-nos, inicialmente, da Manifestação ALIC4299173, ratificada pelo Despacho DIRG4310176, no que se refere à aplicabilidade da Resolução CJF nº 294/2014 às referidas contratações, afastando-se a aplicação da legislação que regula licitações e contratos no âmbito da Administração Pública, ou seja, não se trata de hipóteses de reconhecimento da inexigibilidade de licitação. Quanto à forma e o procedimento para contratação e pagamento nessas hipóteses, sugere-se a adoção do fluxo adotado no expediente 0002495-53.2020.4.03.8000, por meio do qual foi operacionalizada contratação de servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 2.ª Região, e do respectivo pagamento, operacionalizado no expediente 0008427-22.2020.4.03.8000, no qual a GECC devida foi paga em via extrafolha, por meio de ordem bancária de crédito.

Ressaltamos, afinal, que, para contratação e pagamento de docentes com fundamento na Resolução ENFAM nº 01/2017, não se vislumbra, s.m.j., necessidade de alteração dos procedimentos atualmente adotados pela EMAG, ressaltando-se, apenas, que tal modalidade deve ficar restrita aos docentes que não fazem jus à GECC (como inativos, servidores estaduais, municipais e pessoa física), nos termos da Manifestação 7978627, hipótese em que caberia a caracterização da inexigibilidade de licitação, observados os demais requisitos legais aplicáveis.

Por fim, considerando a conveniência da adoção, tanto quanto possível, de critérios padronizados para a definição dos procedimentos adequados para a contratação de docentes e respectivo pagamento no âmbito deste Tribunal, que viabilizem o atendimento aos princípios da isonomia, legalidade e da eficiência, otimizando-se as referidas contratações e evitando-se impasses que podem resultar em morosidade na tramitação dos respectivos processos, propõe-se que as sugestões trazidas nessa manifestação, especialmente aquelas acerca da contratação e pagamento de Juízes Federais da JFSP e JFMS, sejam também observadas no âmbito da SEGE, que seja considerada a possibilidade de edição de ato normativo, a ser elaborado pela EMAG, com o apoio da ADEG, para reger as contratações no âmbito da Escola Judicial.

3. CONCLUSÃO

Recomenda-se o encaminhamento do expediente à ALIC, SEGE/DFOL/DECO, SOFI/USOF/DLIT, EMAG e à SAUD, para ciência e event

manifestação.

À consideração superior.

O Diretor-Geral:

Manifestação Conjunta ASAD/AJUD supra: de acordo.

Encaminhe-se o expediente conforme proposto.

Dê-se ciência ao Gabinete da Presidência." (em negrito no original) (sublinhou-se)

O "caput" do referido dispositivo prevê ser inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição. No presente caso, trata-se de contratação com inviabilidade de seleção de proposta mais vantajosa através de critérios objetivos, consistentes no esforço humano, de difícil comparação.

No caso específico do inciso III, devem coexistir dois requisitos, quais sejam: a) caracterizarem-se como serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, enumerados no artigo 74, inciso III, alíneas "a" a "h" da referida Lei; e b) serem prestados por profissionais ou empresas de notória especialização.

A caracterização do primeiro requisito não apresenta grande controvérsia, pois todos os serviços técnicos profissionais especializados encontram-se taxativamente arrolados no artigo 74, inciso III, alíneas "a" a "h" da referida Lei, a saber:

"Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;

b) pareceres, perícias e avaliações em geral;

c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;

e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;

h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso;"(g.n.)

Analisando-se o referido rol, verifica-se que o serviço a ser contratado é enquadrado no inciso III, alínea "f", tratando-se de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; é **serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual**.

No tocante à exigida **notória especialização** da empresa ou do profissional, é fato, a indicação da empresa ou do profissional é de escolha da autoridade competente, que, na letra do § 3º do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021, inferiu "*(...) que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato*".

É o que se vê de seu currículo (10227474) e titulação (10227490).

A par do elemento subjetivo, aspectos objetivos também estão presentes no inciso XIX do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021: "*(...) desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades (...)*".

Ainda no Projeto Básico EMAG nº 10227473, explicitou-se a notória especialização do docente convidado:

"Indicado pela coordenação e referendado pelos membros da Diretoria da EMAG, o docente **Advogado e Professor Doutor Vitor Lia de Paula Ramos**, apresenta notória especialização, conforme currículo anexo e a síntese ora apresentada.

Doutor em Direito, Economia e Empresa pela Universidade de Girona (Espanha), cum laude. Mestre e Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Foi Visiting Scholar na Northwestern University (EUA).

Professor adjunto dos cursos de graduação, mestrado e doutorado da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e do Master em Razonamiento Probatorio da Universidade de Girona (Espanha).

Professor convidado em diversos cursos de Processo Civil. Membro da Associação Internacional de Direito Processual (IAPL), do Instituto Ibero-Americano de Direito Processual (IIDP), do conselho Assessor da Revista Internacional de Raciocínio Probatório Quaestio Facti e do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP).

Coordenador do Grupo de Pesquisa O Novo Direito Probatório (CNPQ), junto à PUCRS.

Coordenador da Coleção Raciocínio Probatório, publicada pela Editora JusPodivm.

Autor de livros publicados no Brasil e na Espanha (Ed. Marcial Pons), artigos publicados no Brasil e no exterior, além de traduções jurídicas.

Advogado atuante no RS e em SP."

Quanto à justificativa do preço, o valor da contratação obedeceu aos parâmetros da Resolução ENFAM nº 1, de 13 de março de 2017:

"(...)

Art. 1º A contratação e a retribuição financeira pelo exercício de atividade docente no âmbito da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM e das escolas judiciais e pela participação em banca examinadora ou comissão de concurso para o ingresso na carreira da magistratura ou para cursos de pós-graduação ficam disciplinadas por esta resolução. (Redação dada pela Resolução ENFAM n. 1 de 26 de março de 2019)

(...)

Art. 17. O valor da retribuição financeira pelo exercício de atividade de docência ou pela participação em banca ou comissão de concurso ou de curso de pós-graduação, por hora-aula, fica estabelecido na forma do Anexo desta resolução. (Redação dada pela Resolução ENFAM n. 1 de 26 de março de 2019)

(...)

§ 3º O pagamento da hora-aula levará em consideração a titulação do formador de cursos presenciais, conteudista, tutor, coordenador de tutoria, coordenador de curso e examinador de banca ou comissão de concurso ou de cursos de pós-graduação. (Redação dada pela Resolução ENFAM n. 1 de 26 de março de 2019)

(...)

Art. 25. No curso em que contar com mais de um formador simultâneo, as horas-aulas serão divididas entre eles, caso não seja possível quantificar a hora-aula de cada formador.

(...)"

Assim, considerando a inviabilidade de competição e que os serviços a serem prestados são caracterizados como serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal -, considerando, ainda, a presença da notória especialização, estão atendidos os requisitos legais para o prosseguimento do expediente, de contratação direta, por meio de inexigibilidade de licitação, nos termos do artigo 74, inciso III, alínea "f" e § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

Comprovado o cumprimento da determinação constante no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República, bem como diante da documentação apresentada, o expediente encontra-se apto a ser submetido aos critérios de conveniência e oportunidade da autoridade superior.

É o parecer.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lúcia Caurel, Assessora de Licitações e Contratos**, em 25/10/2023, às 12:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **10273034** e o código CRC **45D203C2**.



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Bairro Cerqueira César - CEP 01310-936 - - www.trf3.jus.br

DESPACHO Nº 10276205/2023 - PRESI/DIRG/DIRG-DDI

Processo SEI nº 0037683-05.2023.4.03.8000

Documento nº 10276205

Trata-se de expediente proveniente da Escola de Magistrados - EMAG objetivando a contratação do Advogado Vitor Lia de Paula Ramos como formador no curso "Provas no Processo Penal: Atualidades e Aspectos Práticos", atuação no dia 13/11/2023, carga horária de 2,5 horas-aula, no valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais).

Nos termos do Parecer 10273034 ALIC, foram atendidos os requisitos legais para o prosseguimento da contratação com base no art. 74, inciso III, alínea "f" e § 3.º, da Lei n.º 14.133/2021.

Assim, com fundamento no citado Parecer, fica autorizada a contratação em questão.

Dê-se ciência ao Gabinete da Presidência.

À DILI, para providências.



Documento assinado eletronicamente por **Otávio Augusto Pascucci Perillo**, **Diretor-Geral**, em 25/10/2023, às 19:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **10276205** e o código CRC **E946E1EE**.